

## ECOS IMPERIALISTAS NA AMÉRICA LATINA: A GUERRA CONTRA O PARAGUAI<sup>1</sup>

*Paulo Tarso Mascarenhas Pedreira*

Graduando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, partícipe do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB.  
E-mail: [paulotarsohistoria@hotmail.com](mailto:paulotarsohistoria@hotmail.com)

*Ramon Trindade Pellegrini*

Graduando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, partícipe do Grupo de Estudos de Ideologias e Luta de Classes – GEILC/Museu Pedagógico da UESB.  
E-mail: [ramonpellegrini1@gmail.com](mailto:ramonpellegrini1@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo reflete uma perspectiva analítica para além da história oficial acerca do imperialismo inglês na América Latina – mormente a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) –, confrontando o Império do Brasil, Argentina e Uruguai, contra a nação guarani. Em nome da “civilização” e do “livre comércio”, o imperialismo inglês patrocinou o genocídio contra o povo paraguaio sob o manto da *Pax Britânica*, se utilizando da guerra como instrumento de desestabilização econômica e geopolítica, da Região do Prata, com o objetivo de concretizar o domínio inglês no Cone Sul. O processo teve, como consequência, a aniquilação do Paraguai, cravando sobre seu território e contra seu povo um estado de subalternidade econômica.

**Palavras-chave:** Imperialismo, genocídio, Guerra contra o Paraguai.

**Abstract:** This article reflects an analytical perspective beyond the official story about British imperialism in Latin America - especially the war against Paraguay (1864-1870) –, confronting the Empire of Brazil, Argentina and Uruguay against the Guarani people. In the name of "civilization" and "free trade", British imperialism sponsored genocide against the people of Paraguay under the cover of *Pax Britannica*, is using the war as an instrument of destabilization economic and geopolitical region of La Plata, with the achieve the goal of British rule in the Southern Cone the process was as a consequence, the annihilation of Paraguay, driving on their territory and its people against a state of economic inferiority.

**Keywords:** Imperialism, genocide, War against Paraguay.

---

<sup>1</sup> Pesquisa orientada pelo professor doutor José Rubens Mascarenhas de Almeida, coordenador do Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes (GEILC)/Museu Pedagógico da UESB. E-mail: [joserubensmascarenhas@yahoo.com.br](mailto:joserubensmascarenhas@yahoo.com.br)

## Do Imperialismo

O emprego do termo imperialismo remonta à década de 1870, quando fora utilizado para glorificar os auspícios econômicos ingleses. Jonh A. Hobson (1981) encabeça a lista dos críticos quando afirmou que enquanto a sociedade inglesa passava por uma crise econômica, gerada por uma excessiva capacidade produtiva, as corporações tendiam a expandir seus excedentes a mercados em sociedades nas quais as relações capitalistas ainda não haviam se desenvolvido.

Apesar da contribuição hobsoniana, o imperialismo adentrou o século XX sem uma conceituação devidamente crítica para melhor entendimento da transformação que acontecia no seio do capitalismo mundial. Quando pesquisadores, de viés marxista, debruçaram sob tal fenômeno é que começou a se moldar o que hoje entendemos por imperialismo. Assim, tomamos como referenciais teóricos as análises de Lênin e Luxemburg, a partir de seus devidos *lócus*.

Lênin buscou apontar o imperialismo como fator intrínseco ao *modus operandi* capitalista. Para ele, as características da categoria pautavam-se na concentração da produção; na fusão do capital bancário e industrial (gerando o capital financeiro); na exportação de capitais; na formação de uniões monopolistas de capitais que dividiam o mundo entre si; no fim da repartição territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

O capital, para se expandir enquanto relação social, tem que procurar novas áreas para além de suas fronteiras. Os escritos de Lênin tornaram-se referência obrigatória a quem se aventura pelo tema, mas também a mais decisiva e conseqüente tentativa de compreensão do fenômeno imperialista tal qual concebido na modernidade, sendo a mais destacada contribuição nesse campo. O líder bolchevique enfoca as relações internacionais como regidas por relações assimétricas fundadas no capital monopolista. Nestas, as potências industriais tendem a recrutar o maior número de povos às condições coloniais e semicoloniais com intuito à sua pilhagem. Lênin (1986, p. 636) o confirma:

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa.

O militante russo assinala que a concentração de capitais internos erigida sob a dominação industrial-bancária, impulsionou a expansão do momento monopolista da

economia europeia. O engendramento de países periféricos criou uma rede de Estados dependentes dos grandes centros industriais. Por conseguinte, a divisão internacional do trabalho fomentou, nas zonas pré-capitalistas, um mercado caracterizado pela mão de obra barata. Na perspectiva de Rosa Luxemburg (1970, p. 399), uma dos expoentes teóricos do imperialismo predatório da guerra, o setor militar é uma “arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização não capitalista”. Noutras palavras, guerra e imperialismo são fatores indissociáveis. As despesas militares do Estado estabelecem e reproduzem a acumulação de capital desde sua fase primitiva até o imperialismo. Luxemburg (1970, p. 392) assim o afirma:

O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente pôr um fim a sua existência. Com isso não se disse que esse fim seja alcançado alegremente. A tendência da evolução capitalista para ele já se manifesta com ventos de catástrofe.

Desse modo, o desenvolvimento do sistema capitalista, e conseqüentemente suas contradições, alteraram o caráter do Estado, principalmente no âmbito econômico, em que se constata intervenções e controle através das guerras. Com a ampliação da economia mundial e, como resultado o agravamento da concorrência em proporções globais, o militarismo torna-se fator *sine qua non* à política dos grandes Estados, visto que “para os fabricantes de canhões, fuzis e outros materiais de guerra, a existência do exército é indubitavelmente proveitosa e indispensável” (MANUILOV apud LUXEMBURG, 1970, p. 404).

Sendo assim, apontamos que guerra imperialista moderna promoveu uma campanha de dominação e ajustamento ao *status quo* internacional. Seu aparente paradoxo de demolir para restaurar leva exatamente a essa adequação. Esse foi o processo, a nosso ver, sofrido pelo povo paraguaio quando da Guerra da Tríplice Aliança. Pois, os que se recusavam a aceitar o modelo *laissez faire*, sobretudo as nações em que predominava formas pré-capitalistas de produção, os atentados beligerantes eram uma das formas mais exploradas de dominação pelas metrópoles. Nesse sentido, podemos observar que, apesar de suas mudanças, esses pressupostos mantinham-se coerentes com o desenvolvimento do capitalismo ao fechar das cortinas do século XIX.

### **Escombros imperialistas: uma crítica ao neorrevisionismo**

A partir do final dos anos de 1980, surgiram, no Brasil, trabalhos acadêmicos com uma nova abordagem da Guerra contra o Paraguai, indo de encontro à ideia

revisonista dos anos 60. A corrente neorrevisonista tem, no Brasil, Francisco Doratioto como um dos seus principais expoentes no que se refere à Guerra contra o Paraguai. Mestre e doutor em relações internacionais pela Universidade de Brasília, Doratioto (1996) propõe perspectivas outras de análise do conflito. Em contraposição ao revisionismo defendido por Pomer (1968) e Chiavenatto (1988), entre outros, que afirmam que o Paraguai, à época da Guerra era uma economia forte no Cone sul e que, por esse motivo, fora alvo dos interesses imperialistas britânicos, os neorrevisonistas defendem que as principais motivações da Guerra foram: as questões regionais, as disputas por territórios e pelo controle da Bacia do Prata. Salientam os neorrevisonistas que a Guerra deve ser vista não como fruto de interesses exteriores, sendo parte de um conjunto de fenômenos correlatos que caracterizam a emergência e o desenvolvimento do imperialismo inglês. A Guerra contra o Paraguai tratou-se mesmo de uma fase do processo de formação das identidades regionais do Cone Sul da América Latina.

Apesar da grande contribuição prestada pelo neorrevisonismo brasileiro, o mesmo deixa margem para vários questionamentos. Doratioto, ao se reportar à corrente marxista, menospreza todo um contexto historiográfico visitado por grandes pensadores e formulado há décadas. Partindo do pressuposto que a história é um processo contínuo e que a dialética nega seu fim, no nosso entendimento não cabe a perora de que o revisionismo se deixou levar pelo “emocionalismo e por motivações ideológicas do que pela documentação” (DORATIOTO, 1996, p. 10). Esta consideração depreciativa não contribui para o entendimento do conflito. Pelo contrário, o neorrevisonismo de Doratioto abre lacunas no processo que impedem a sua compreensão. Senão, vejamos.

A ideia de imparcialidade da Grã-Bretanha no conflito devido à condição comercial favorável na Bacia do Prata: a) Se a Inglaterra não tinha interesses na Guerra contra o Paraguai, porque o embaixador inglês supervisionou secretamente a assinatura do tratado firmado em 1863 entre os países da Tríplice Aliança, visando a aniquilação da nação guarani? b) Mais: se as condições comerciais eram satisfatórias aos interesses britânicos na região – como o afirma o neorrevisonismo – e uma guerra acarretaria perdas à Inglaterra, por que então ela financiaria um conflito que não se consumaria em guerra sem os recursos britânicos? Questões ainda em aberto e que cobram respostas do neorrevisonismo.

Fato é que a Guerra contra o Paraguai, um conflito tão duradouro quanto a I ou a II guerras mundiais, além de genocidar a população masculina guarani, sacramentou o estado de subserviência econômica de todo o Cone Sul da América Latina ao capital britânico. Mera coincidência? Para nós, não. A nosso ver, apesar do poder

argumentativo do neorrevisionismo, esta corrente historiográfica comete equívocos irremediáveis, obstruindo a compreensão do fenômeno da Guerra contra o Paraguai ao tentar isolá-lo do movimento internacional do capital que atuava no sentido de inserir em seus meandros as economias da América Latina, querendo fazer entender que o conflito trata-se de meras desavenças regionais. Para além disso, a corrente neorrevisionista presta um grande serviço ao positivismo quando investiga os documentos como se fossem fontes históricas inquestionáveis, que falassem por si só e não pudessem ser questionados enquanto constructo de um tempo histórico; quando pauta sua narrativa num forte enaltecimento do Exército Brasileiro e tenta transformar em heróis personagens que a própria história tratou de desmitificar. No nosso entender, tal compreensão tem mais de ideologia que de história propriamente dita. Por fim, segue os passos da história dos vencedores.

### **A história dos subjugados**

Muito se estudou sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a participação ativa – ou não – da Inglaterra – principal potência imperialista no século XIX – nesse conflito. Mas, a relação entre a América Latina e o imperialismo britânico começou muito antes desse embate que envolveu tanto as nações da região do Prata (Uruguai, Argentina e Paraguai) quanto o Império do Brasil.

Em dezembro de 1703, o embaixador inglês John Methuen demonstrou a Portugal o que mais tarde seria a política em tempos de *Pax Britannica*: o livre comércio – sempre aliado ao imperialcapitalismo. O Tratado de Methuen – fomentado entre as coroas britânica e lusitana em tempos da acumulação primitiva de capitais – acabou por ser desfavorável a Portugal. Os tecidos ingleses confeccionados com técnica apurada, paulatinamente extinguiram os teares ibéricos e a exportação portuguesa de vinho não foi satisfatória para que a balança comercial entre ambos os países se equilibrasse. Com o tempo, Portugal foi perdendo quase todas as suas manufaturas e a nação governada por Carlos II passou a importar grandes quantidades de produtos industrializados da Inglaterra. Isto criou uma dependência explícita, que logo bateu à porta da sua colônia, o Brasil – responsável por pagar as contas da metrópole europeia. Sobre isso afirma Galeano (1978, p. 40):

Em troca de algumas vantagens para seus vinhos no mercado inglês, Portugal abria seu próprio mercado, e o de sua colônia, às manufaturas britânicas. [...] Não era com vinho que se pagavam os tecidos ingleses, mas com ouro, com o ouro do Brasil, e neste processo ficariam paráliticos os teares de Portugal. Portugal não se limitou a matar o embrião de sua própria indústria, mas

também, de passagem, aniquilou os germes de qualquer tipo de desenvolvimento manufatureiro no Brasil.

O resultado desse acordo com característica unilateral sacramentou a dependência de Portugal em relação à Coroa Inglesa. Conseqüentemente, o Brasil também ficou sujeitado às condições de atrelamento econômico que implicava tal situação. Cita Sodré (1969, p. 37) acerca das conseqüências desse tratado:

A especial importância atribuída ao Tratado de Methuen em todos os estudos de história econômica [...] fundou-se em três pontos curiosos [...] motivo do declínio luso ou da condição de subalternidade portuguesa no desenvolvimento comercial do mundo moderno: asfixiou as indústrias lusas; converteu em vinhas as terras de pão; levou para a Inglaterra o ouro do Brasil.

A quantidade de riquezas extraídas das minas brasileiras que permaneciam no território nacional era ínfima e as que chegavam aos portos lusitanos e continuavam por lá também se tornavam irrisórias, se comparadas ao maior beneficiário dessa rota, a Grã-Bretanha.

Um século se passara desde o Tratado de Methuen e Portugal e sua colônia abasteciam os cofres ingleses com quantidades vultosas. Como afirma Galeano (1978, p. 41) que “a entrada de ouro brasileiro alcançava 50 mil libras por semana em alguns períodos. Sem esta tremenda acumulação de reservas metálicas, a Inglaterra não teria podido enfrentar, posteriormente, Napoleão” na batalha que deu início ao processo de *Pax Britannica*.

Com as dívidas alcançando patamares exorbitantes a cada dia, e, tendo sua reserva ligada aos manufaturados britânicos, a metrópole portuguesa caminhou junto com sua colônia à interdependência econômica, preponderante para os objetivos ingleses no Paraguai décadas depois.

### **O domínio imperialista se estende à região do Prata**

O fim do Antigo Sistema Colonial, após grande relutância da metrópole hispânica, transferiu o poder anteriormente outorgado ao Vice-Reino do Peru para Buenos Aires. Era um novo modelo econômico ganhando terreno no lado espanhol da América Latina, cuja organização surge, em prejuízo da anterior, cuja sede era Lima.

Diferentemente dos objetivos que regiam Lima e México, as atividades portuárias de Buenos Aires começaram a se expandir tendo como principal base econômica a pecuária. O contato com o exterior passou a intensificar-se com a produção crescente de couro. Isto foi à motivação necessária para a aliança entre os dois pilares

econômicos que sustentavam a economia portenha: a atividade pecuarista dos senhores estancieiros e os comerciantes mercantilistas. Essa junção favoreceu ambos os interesses, afinal, haveria um comércio mais controlado na região, e, em contrapartida, o couro seria o principal produto negociado. Isto fez com que a economia mercantilista daquela região abarcasse toda faixa litorânea das localidades servidas pelos rios e roteiros terrestres.

Sempre atenta aos seus interesses na parte sulina das Américas, a Inglaterra, por intermédio de Portugal e Brasil – já subalternos à economia britânica – explicita suas intenções de penetração no Prata. Como analisa Sodré, a luta para a manutenção da Colônia do Sacramento tinha a perspectiva de possibilitar a ampliação e desenvolvimento da atividade clandestina em relação a Buenos Aires e devia permitir não apenas o exercício ativo do contrabando no estuário, como também a apropriação das pastagens e dos rebanhos da Banda Oriental. Isto se configurava numa das tentativas mais claras de penetração anglo-lusitana nos mercados platinos.

Aos poucos, a Grã-Bretanha foi se adentrando no empório comercial daquela comarca, monopolizando os lucros de alguns contratos que outrora havia dividido com a França. Logo, Buenos Aires se converteu na maior feitoria sul-americana de escravos da Inglaterra, em troca cederia algumas terras ao capital estrangeiro. Isto, cremos, resume a forma como o capital monopólico britânico circulava nas terras da antiga colonização hispânica. O que veio a seguir foi à paulatina disseminação do ideário liberal no Estuário platino que enchia os olhos ambiciosos do imperialismo inglês.

### **Bolivarismo e Monroismo: visões antagônicas de um mesmo objeto**

O século XIX foi de suma importância para a história da América Latina contemporânea. Ademais de tratar-se de um século de mudanças sociopolíticas e econômicas em todo o mundo, ele testemunhou, na América, os processos de emancipação política do continente e os distintos projetos políticos advindos desse processo. Atendo aos objetivos deste artigo, nos ateremos a dois projetos políticos que se deram, paulatina e concomitantemente à formação dos Estados Nacionais na região.

Frente ao ímpeto neocolonial que percorria as recém-emancipadas repúblicas da América espanhola, surgiram os ideais que defendiam duas concepções distintas de pan-americanismo: o bolivariano e o monroista. Ambos oriundos da esfera das classes dominantes: o primeiro das oligarquias liberais burguesas nativas; e o segundo do proto imperialismo estadunidense.

O primeiro ideal era construído por Simon Bolívar e buscava unificar a América – excetuando Estados Unidos e Brasil, o primeiro pelo caráter expansionista iniciado baseado na Doutrina Monroe, que anexou grande parte do México; o segundo por ter aspirações que contrariavam a solidariedade continental sempre intervindo em assuntos político-econômicos na região do Prata.

O movimento bolivariano, resistência liderada por Simon Bolívar, teve por antecedentes a insurgência dos Túpac Amaru no Peru em (1780), a rebelião dos escravos venezuelanos (1795), a luta pela libertação do Haiti durante o século XVIII e revoltas como a dos Comuneros contra o modelo econômico de espoliação na região. A esses momentos de resistência juntaram-se os projetos emancipatórios de homens como Francisco Miranda, Miguel Hidalgo y Costilla, José de San Martín, Juan Nepomuceno Troncoso dentre tantos outros que batalharam por um ideal alicerçado na libertação da América Latina do jugo imperialista. Seus pressupostos não conseguiram se firmar por muitos motivos, notadamente pelos fundamentos liberais em franca expansão na época: protecionismo geopolítico e econômico; rivalidade declarada do *free trade* inglês, que via na América Latina um território de escoamento de seus manufaturados; abolição da escravidão; pretensões expansionistas estadunidenses (notadamente pelas Antilhas). Para além desses fatores, o temor da neocolonização por parte da Santa Aliança europeia, que buscava restabelecer o absolutismo, urgia um plano de proteção.

Liderado por representantes da aristocracia hispano-americana, o movimento tornaria o venezuelano Simon Bolívar um dos maiores precursores e idealizadores de um projeto de unificação da América do Sul num único corpo político. Com esta afirmação não se quer apagar a memória histórica de muitos lutadores no mesmo processo, como Plabo Olavide, Juan Martínez de Rosas, Jose de San Martín e, especialmente, Francisco Miranda com sua defesa por uma solidariedade continental.

Por motivos óbvios nos detemos no plano bolivariano, mas outro projeto se contrapunha a este: o monroista (derivado da Doutrina Monroe – 1823). Tratou-se de um conjunto das políticas aplicadas pelo presidente dos EUA, James Monroe (1817-1825), que se opunha à tentativa de recolonização das nações americanas recém-emancipadas por suas ex-metrópoles. Seu lema era “a América para os americanos”, entendido como os americanos do norte do continente. Aliás, não em vão predomina o uso do termo “americano” para designar o povo estadunidense.

As consequências do fracasso do movimento bolivariano foram muito bem expostas Galeano (1978, p. 183) quando afirma que nos tornamos



Um arquipélago de países, desconectados entre si, [que] nasceu como consequência da frustração de nossa unidade nacional. Quando os povos em armas conquistaram a independência, a América Latina aparecia no cenário histórico enlaçada pelas tradições comuns de suas diversas comarcas, exibida uma unidade territorial sem fissuras e falava dois idiomas fundamentalmente da mesma origem, o espanhol e o português. Porém nos faltava, como assinala Trías, uma das condições essenciais para constituir uma grande nação única: nos faltava a comunidade econômica.

## **Um genocídio atroz: um divisor de águas na América Latina**

A história militar das Américas retrata a Guerra da Tríplice Aliança como marcada por registros dos mais terríveis crimes de guerra já ocorridos na humanidade. Tal fenômeno representou o extermínio quase que total da sociedade paraguaia, numa campanha marcada por uma carnificina com requintes de crueldade que não levou em conta nem mesmo os protocolos de guerra. Para Chiavenato (1988, p. 140), “uma compreensão dialética entre a crueldade, a natureza da guerra em face às necessidades históricas e o crime de guerra em si – uma ação criminosa sem justificativa histórica”.

Fato é que esse episódio da história militar do continente constituiu-se parte de um conjunto de guerras que caracterizaram a emergência e o desenvolvimento do imperialcapitalismo inglês na América do Sul. Nas palavras de Hobsbawm (1982, p. 96), “o próprio processo de expansão capitalista global que multiplicava as tensões no mundo não europeu, as ambições do mundo industrial e os conflitos diretos e indiretos dali surgidos”.

O Paraguai teve, como saldo da guerra, o genocídio de sua população, perdas territoriais, a dissolução do seu modo de produção, a privatização de suas terras, tendo ainda que arcar com ressarcimentos do conflito, sendo forçado a contrair sua primeira dívida externa. Para Sodré (1969, p. 65),

A chamada questão platina, com os seus episódios militares inclusive, é a longa história da luta da Inglaterra para dominar o mercado sulino, e tem o seu último ato, com a participa o brasileira, na guerra com o Paraguai, quebrando o isolamento em que o vinham mantendo os governos de Francia e dos Lopez. Claro que não foi esta a causa única da questão platina, mas a fundamental.

Tais consequencias causaram   na o paraguaia uma completa desestrutura o político-social, com destaque para a fome como uma das mais terríveis mazelas do pós-guerra, provocando severo sofrimento aos sobreviventes, como registra Taunay (1870, p. 300):

Daquellas bandas têm chegado numerosas famílias paraguayas em estado peor, se possível f r, do que as outras anteriormente salvas. Verdadeiros

cadáveres ambulantes, roídos pela fome, trazem consigo ossos carcomidos com que procurão fazer caldos ou laranjas azedas, que poupão como alimento saboroso e de ultimo recurso. Essas desgraçadas creaturas, niveladas com os brutos pelo soffrer incessante, accumulão-se junto aos depósitos do fornecimento e ahi ajuntão do chão, grão por grão, o milho ou arroz que caia das saccas.

O Paraguai que, segundo Chiavenato (1988, pp. 158-159), no início da guerra apresentava uma população de 800.000 habitantes foi reduzido a cerca de vinte e cinco por cento desse contingente, restando apenas 194.000 sobreviventes; destes, 180.000 eram mulheres. A população paraguaia, antes da guerra, é importante ressaltar, teve 99,47 por cento dos homens em idade produtiva, aniquilados. Tais dados, contestados pela corrente neorrevisionista, no entanto, qualquer historiografia que tenha respeito pela verdade histórica não pode negar o genocídio guarani como fato. Além do mais, não faltam provas testemunhais e fontes históricas primárias confiáveis que revelam as atrocidades e sua profundidade no episódio, a exemplo do oficial do exército paraguaio, Juan Crisóstomo Centurión, sobrevivente do conflito, que vivenciou o processo e testemunhou o extermínio de sua tropa e a grande maioria da população guarani. Centurión (2005, p. 212) relata que

La soldadesca brasileira cometió muchos abusos; mato inútilmente y con indecible crueldad a muchas personas indefensas, y finalmente, para colmo de atrocidad, prendió fuego al campamento, muriendo carbonizados, i enfermos e heridos que yacían en los ranchos y pajonales!

Por esse viés, o ideal civilizatório propagado pela Tríplice Aliança, que tinha como objetivo “libertar” o povo guarani do jugo opressor de Solano Lopez, na tessitura da carta do tenente-coronel Manoel Antônio da Cruz Brilhante, endereçada ao coronel João Sabino de Sampaio Menna Barreto, revela a extrema frieza dos militares aliados quando descreve o resultado do extermínio do povo paraguaio.

A calcular-se pela precipitação da fuga do inimigo em numero de 3,000 homens, pelos cadáveres sobre que pisávamos, de homens de todas as idades, desde o menino de oito annos até o macrobio, e de mulheres de todas as idades também, cujo numero dos cadáveres masculinos excedia a mil (apud COSTA, 1871, p. 377).

Outra prova histórica que evidencia o massacre é o próprio boletim informativo do Exército Brasileiro sobre as operações militares contra o Paraguai, fornecendo subsídios para entender o atroz genocídio perpetrado no conflito:

Direi que entre os cadáveres encontrados no terreno do combate acharam-se os de aleijados e feridos não curados ainda, e o de um menino de 11 a 12 annos que havia soffrido anteriormente uma amputação no braço esquerdo, e foi obrigado a combater com uma espada que ainda apertava em sua mão direita (TUNAY, 1870, p.137).

Em outra comunicação, agora no quartel de Villa Franca, o *Marquez de Caxias*, ao deixar patente o caráter “civilizatório” do conflito, buscava dar uma tonalidade humanitária ao genocídio. Seu discurso, altamente ideologizado, apropria-se das principais instituições da formação social brasileira (a República, a Bandeira Nacional e a Igreja Católica, cobertos pelo manto do nacionalismo) para sacramentar a Guerra contra o Paraguai como uma ação necessária e atribuir a Solano López as consequências do conflito, demonizando o ditador. Registrou Caxias que

Os que tivessem commigo observado o que acabo de descrever, no solo de uma republica que se diz regida por livres instituições, e em um paiz que se proclama catholico, haviam convencer-se de que o mais irreconciliavel inimigo, que o infeliz povo paraguay tem tido e tem, é o seu actual dictador, Francisco Solano Lopez. Elles seriam os primeiros a declarar que as potências aluadas, independentemente da vingança das injurias feitas ás suas bandeiras,- cumprem, tratando de livrar o Paraguay de Lopez, a mais santa e justa missão que o catholicismo, a humanidade e a civilização lhes podia confiar (apud LIMA e SILVA, 1871, p. 23).

### **Os crimes de guerra**

A “Guerra do Brasil”, como é conhecida no Paraguai, foi palco de inúmeros crimes contra a humanidade, delitos pouco abordados pelos historiadores brasileiros, talvez por influências da herança da historiografia republicana – preocupada com a consolidação de uma identidade nacional – que moldava as narrativas do conflito à ideologia do nacionalismo, exaltando os militares brasileiros como heróis libertadores do Paraguai. Partindo da concepção de que a história é contada pelos vencedores, tal versão republicana da história “despreocupou-se com as razões e os cenários sociais e nacionais da Guerra, privilegiando a apresentação cronológica do confronto, definido como choque entre a *civilização* [o Império] e a *barbárie* [o Paraguai]” (MAESTRI, 2003, p. 4).

Era praxe as tropas brasileiras capturar combatentes paraguaios que negavam a lutar contra seus próprios compatriotas – muitos destes familiares. A maioria dos prisioneiros de guerra era agregada à infantaria dos batalhões e empregada no teatro de operações, sempre na vanguarda das tropas, bem na linha de frente dos embates. O suíço Ulrich Lopacher, testemunha ocular da tomada do Forte de Humaitá, integrante forçado das forças armadas da Argentina presenciou um marcante episódio da guerra. Ele registra que

Durante a rendição dos de Humaitá aconteceu algo notável: um dos que se rendiam abandonou de imediato a seus companheiros, se precipitou, como

louco, sobre um dos nossos e o abraçou, o beijou e não quis desprender-se dele: era um sargento da artilharia da fortaleza. Aconteceu que este sargento era uma sargenta em uniforme de artilheiro e que havia participado do sítio na Fortaleza de Humanité. Nosso companheiro, um paraguaio, era seu marido e lutava, *como prisioneiro* (LOPACHER Apud CHIAVENATO, 1988, p. 144).

Doenças e epidemias fizeram parte estratégica do contexto genocida da campanha, numa guerra bacteriológica contra o povo guarani. O General Mitre entregava os prisioneiros de guerra às tropas paraguaias, os seus irmãos de armas, contaminados por doenças infectocontagiosas; contaminava os rios com cadáveres coléricos, disseminando a doença entre as populações ribeirinhas e os militares paraguaios, causando grande número de mortos. O Duque de Caxias, em correspondência confidencial ao imperador D. Pedro II, datada de 18 de setembro de 1867, relata como costumava agir juntamente com Mitre na contaminação dos rios:

O general Mitre está resignado plenamente e sem reserva as minhas ordens; ele faz quanto eu lhe indico, como tem estado muito de acordo comigo, em tudo, ainda enquanto a que os cadáveres coléricos, se joguem nas águas do Paraná, já da esquadra como de Itapiru, para levar o contágio às populações ribeirinhas, principalmente às de Corrientes, Entre Rios e Santa Fe que lhes são opostas (Apud CHIAVENATO, 1988, p. 145).

A venda de civis e prisioneiros de guerra como escravos, pelas tropas aliadas, tornou-se um lucrativo negócio para o Exército Brasileiro. Em carta destinada ao Vice-presidente da Argentina, Marco Paz, datada de 4 de outubro de 1865, o general Mitre descreve como os militares brasileiros conduziam os negócios:

Nosso lote de prisioneiros em Uruguaiana foi mais de 1400. Estranhará a V. o número, que deveria ser maior; mas a razão é que, por parte da cavalaria brasileira, houve no dia da rendição tal roubo de prisioneiros, que pelo menos arrebatarem de 800 a 1000 deles, o que mostra a você a desordem dessa tropa, a falta de energia de seus chefes e a corrupção dessa gente. *Pois os roubaram para escravos*; até hoje mesmo andam roubando e comprando prisioneiros do outro lado (Apud CHIAVENATO, 1988, p. 146).

Ao analisar os crimes de guerra ocorridos na Guerra contra o Paraguai, é impossível não se reportar ao sanguinário Conde d'Eu que, no final do conflito, assumiu o lugar do Duque de Caxias, comandando o Exército Brasileiro no teatro de operações da campanha. Em menos de um ano à frente das tropas, o Conde estampou com sangue o seu nome na história das guerras. Acosta Ñu é cenário do mais sórdido crime de guerra cometido por ele, sendo a verdadeira representação do holocausto guarani. A batalha foi marcada pela disparidade de forças entre as partes, e, “a pesar de esa inmensa desproporción, los paraguayos sostuvieron la lucha hasta las 5 de la tarde; es

decir, que 20.000 hombres lucharon durante 8 horas contra 4.500 mal armados” (CENTURIÓN, 2005, p. 99).

Dentre os 4.500 paraguaios, 3.500 crianças de 6 a 15 anos – os *niños combatientes* – foram fundamentais na estratégia de fuga de Solano Lopez para Cerro Corá, retardando as tropas aliadas. No fim do embate, com um grande número de crianças moribundas no campo de batalha, o Conde d’Eu, num ato de extrema covardia “mandou incendiar a macega – no braseiro, viam-se crianças feridas correr até caírem vítimas das chamas” (CHIAVENATO, 1988, p. 167). O saldo dessa selvageria é relatado por Centurión (2005, p. 97):

Las llamas a esa hora devoraban una parte del campo donde murieron carbonizados muchos heridos. Y la porción no incendiada ofrecía a la vista el triste y doloroso espectáculo de muertos y heridos, esparcidos por doquier; aquellos, inertes: éstos palpitantes; lanzando gritos desgarradores de dolor y de desesperación en las ansias de la muerte.

### **Considerações finais**

Ao finalizarmos este artigo, reforçamos o apelo inicial de compromisso com uma visão a partir da totalidade histórica como metodologia de fuga da pseudoconcreticidade (na concepção de Kosik (1976)) para romper com os padrões delineados pela história tradicional, buscando expor as trágicas consequências das relações de poder na Guerra contra o Paraguai, dando ênfase à história que nos foi suprimida: a do cotidiano, dos marginais, dos bastidores da realidade, dos povos subalternizados pelo poder do grande capital. A “outra história”, na concepção de Rude (1982). No âmbito acadêmico, raramente teve lugar uma história que desse conta da vida, das aspirações e da subjetividade das pessoas comuns, dos coletivos sociais, dos pobres, dos “dominados”, o que deixou uma lacuna profunda na trajetória desses segmentos no que diz respeito à forma pela qual os coletivos sociais vivenciam, concebem, interferem e interagem no âmbito da sua realidade, transformando-a e sendo transformada por ela.

Assim entendendo, para nós, a historiografia da Guerra contra o Paraguai tem, ainda, um terrível débito no que se refere ao registro do holocausto perpetrado contra o povo daquela nação. Não se trata de vitimizar o Paraguai, mas de resgatar a sua – e nossa – história para além dos fundamentos positivistas e do nacionalismo burguês que permeia boa parte das abordagens do conflito. A crueldade da guerra e os comportamentos *idem* não devem ser naturalizados como fazer guerreiro. Nesse sentido, pautando-nos nos princípios aqui evidenciados, cremos que a Guerra contra o Paraguai

evidencia, entre outras coisas, dois fatos: a resistência heroica do povo paraguaio e a insana ferocidade dos interesses imperial-capitalistas em subordinar as recém nações a seu jugo. A história o mostrou, não só desvelando o imprescindível financiamento do capital inglês no processo e o que isso significou para as nações envolvidas diretamente no processo. Vilaboy (1984, p. 187) é contundente quando afirma que, como

resultado del proceso de penetración imperialista fue renaciendo el latifundio en gran escala y deformándose la estructura económica nacional, en consonancia con los intereses promovidos por la división internacional capitalista del trabajo.

Com a oligarquia liberal burguesa no poder, o liberalismo se expandiu, o livre comércio implantado em Assunção (Paraguai) sacramentou os interesses imperialistas – principalmente britânicos – de conquista dos mercados da América do Sul. As bandeiras desfraldadas estampavam lemas como “civilização”, “progresso” e “modernização” não por acaso. Os imperialistas ingleses atingiam seus objetivos, expandindo as relações capitalimperialistas também na América do sul, ao custo de muito sangue derramado do povo guarani.

## Referencias

- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *América Latina: Transnacionalização e Lutas Sociais no Alvorecer do Século XXI; da luta armada como política (o caso EZLN)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Globalização: a nova retórica do velho imperialismo (Uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontífice Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2009.
- CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memórias o Reminiscências Históricas de la Guerra del Paraguay T.IV*. Asunción: Biblioteca Virtual del Paraguay, 2005.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Republicas do Uruguay e Paraguay*. Considerações sobre o Exército do Brasil e suas campanhas. Volume IV. Livraria de A. G. Guimarães & Cia.: Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <<http://migre.me/8XLQ4>>. Acesso em 05/05/2012.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- HOBSON, John A. *Estúdio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- KOSIK, HAREL. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3º Edição. Obras Escolhidas. Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital – Estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo*. Trad.: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.
- MAESTRI, Mário. “Guerra contra o Paraguai: da instauração à restauração historiográfica”. In: *Revista Espaço Acadêmico*, Ano II, nº 20, janeiro/2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/020/20hmaestri.htm>. Acessado em 07/05/2011.
- POMER, León. *Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2ª Edição. São Paulo: Global Editora, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Guerra do Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. 7ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La Guerra del Paraguay. Gran negocio!* Buenos Aires: Calden, 1968.
- ROMERO, José Luis. *El pensamiento político de la derecha latino-americana*. Buenos Aires: Paidós, 1970.
- RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.
- TAUNAY, Visconde de. *Campanha do Paraguay: Diário do exercito 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.
- VILABOY, Sergio Guerra. *Paraguay: de La Independencia a La Dominacion Imperialista*. 1811-1870. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1984.